

ARTIGO ARTICLE

A relação entre os fundamentos feministas da teoria da reprodução social (TRS) e a função do trabalho escravo doméstico no Brasil

The Relationship between Feminists Foundations of the Social Reproduction Theory (SRT) and the Role of the Domestic Slave Work in Brazil

La relación entre los fundamentos feministas de la teoría de la reproducción social (TRS) y el papel del trabajo esclavo doméstico en Brasil

■ Shirley Silveira Andrade¹

e-mail: shirleyssa@academico.ufs.br

Resumo

Palavras-chave: trabalho doméstico remunerado, teoria da reprodução social, sistema capitalista, trabalho escravo doméstico

Keywords: paid domestic work, social reproduction theory, capitalist system, domestic slave work

Palabras-clave: trabajo doméstico remunerado, teoría de la reproducción social, sistema capitalista, trabajo doméstico esclavo

Abstract

This work article aims to understand the enslavement of paid domestic work in the context of the capitalist production system, which depends on free labor. The methodology used was bibliographical research, mainly by authors of the social reproduction theory (SRT), and documentary research, based on data from official bodies. The text is justified by the need to analyze the enslavement of paid domestic work based on feminist theories and not be limited to cultural issues. We conclude that the category of "reproductive work" better captures the logic capitalist system to function, demonstrating from the relationship between production and reproduction that it is one of its foundations.

¹ Professora do Departamento de Direito e da Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de Brasília (UnB), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e graduada em direito pela UFS. E-mail: shirleyssa@academico.ufs.br

Introdução

Este trabalho busca analisar a relevância da escravização do trabalho doméstico remunerado para o funcionamento do capitalismo – o que aparenta ser uma contradição, já que esse sistema necessita da venda da força de trabalho. Feministas liberais pregavam que a exploração das mulheres está ligada à sua posição no mercado de trabalho. Para a sua libertação, seria necessária a inserção no mercado de trabalho, e de maneira equiparada aos homens (Ferguson, 2020b). Nessa perspectiva, a solução para o problema da escravização das mulheres seriam os direitos trabalhistas.

Essa visão foi e continua sendo compartilhada por diversas correntes, teorias e movimentos políticos. A solução para a opressão às mulheres, nas análises marxistas mais ortodoxas apontadas por Engels (2019), segue uma lógica semelhante. Além disso, atualmente, no Brasil, predomina o debate sobre a escravização contemporânea no âmbito das análises liberais¹.

Ainda há interpretações que explicam a escravização contemporânea no Brasil das trabalhadoras domésticas com base em nosso passado escravista. Nesta perspectiva, estaríamos diante de um processo de continuidade, especialmente considerando que 92% dos trabalhadores domésticos são mulheres, 65% são negras e pardas (Dieese). Portanto, a escravização seria explicada como uma continuidade cultural da escravidão colonial e imperial. Uma explicação segundo a qual a exploração poderia ser superada por uma mudança cultural, na qual a conquista de direitos seria um instrumento de sua superação.

Como se pode ver, a solução proposta por essas perspectivas analíticas quanto à exploração das mulheres é sua inserção na lógica do capitalismo.

Este artigo parte do pressuposto de que nem as análises do feminismo liberal nem do marxismo ortodoxo são suficientes para explicar e direcionar a luta contra a opressão às mulheres e a escravização das trabalhadoras domésticas. Afinal, estas sempre estiveram no mercado de trabalho, ainda que sob condições precárias, e mesmo com os direitos previstos na lei complementar nº 150/2015 – em 2023, 75% delas eram empregadas sem carteira assinada².

Ao avançarmos nos estudos sobre os fundamentos feministas da teoria da reprodução social, de base marxista, percebemos um aprofundamento da análise. É, portanto, à luz dessa teoria que este trabalho analisa as relações escravocratas das trabalhadoras domésticas no Brasil. O objetivo é compreender a função dos instrumentos exploratórios da trabalhadora doméstica no mercado de trabalho a partir das categorias dessa base teórica. Além disso, busca-se entender como a exploração contribui para o acúmulo e a produção de riqueza no capitalismo. Essa análise ajudará a avaliar a possibilidade do funcionamento desse sistema sem o recurso a esses processos exploratórios.

Acreditamos que essa avaliação é fundamental para identificar quais instrumentos de luta devem ser utilizados e para reconhecer os limites das conquistas possíveis. Sem dúvidas, a igualdade salarial e o respeito aos direitos são muito importantes para a classe trabalhadora, pois resultam de uma luta contínua. No entanto, a grande questão está na limitação dessa luta pelo acesso a direitos que, em última instância, reafirmam a lógica

capitalista de dominação.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica associada à análise de dados quantitativos referentes à situação das trabalhadoras domésticas no Brasil. A exploração dessas trabalhadoras foi analisada a partir da teoria feminista da reprodução social, que compreende o serviço doméstico remunerado como parte da totalidade exploratória do capital.

Este artigo está organizado em três seções: a primeira apresenta a teoria do valor de Marx; a segunda discute a crítica feminista acerca da abrangência das categorias marxianas para analisar a exploração das mulheres no sistema capitalista; por fim, a terceira seção apresenta uma análise dos dados sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil e faz as considerações finais.

A teoria marxiana e a exploração das mulheres

A teoria do valor marxiana tem contribuído, ao longo dos séculos, para a compreensão da exploração no sistema capitalista. Por meio da análise das relações de trabalho, entendemos como esse sistema funciona e contra o que devemos lutar.

Marx (2017, p. 113) defende “a necessidade de desvelar o que está incutido na mercadoria, um objeto externo, uma coisa que satisfaz as necessidades humanas” como forma de compreender o funcionamento do modo de produção capitalista. O autor inicia o debate identificando o valor de uso e o valor de troca como elementos constitutivos da mercadoria (Marx, 2017, p. 114).

O valor de uso refere-se à utilidade que cada coisa tem; já o valor de troca, por sua vez, diz respeito à relação quantitativa que uma coisa vai ter em relação a outras – “[é] a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo” (Marx, 2017, p. 114). O que vai possibilitar a troca de mercadorias é o tempo de trabalho necessário estabelecido na sociedade para produção de cada uma delas. Isso possibilitou quantificar um valor para cada mercadoria, estabelecendo-se uma relação de proporção entre as elas que possibilitam a troca. Isso vai ocorrer também com a força de trabalho.

O modo de produção capitalista transformou a força de trabalho em mercadoria, com valor de uso e de troca, separada do corpo do trabalhador, que pode ser explorado na lógica descrita por Marx. Esse sistema viabiliza o acúmulo de riqueza por meio da produção da mais-valia gerada por essa força de trabalho.

No capitalismo, a jornada de trabalho é composta pelo tempo necessário e o excedente. O primeiro se refere ao tempo que o trabalhador e a trabalhadora necessitam para reproduzir suas energias (alimento, lazer, limpeza, cuidados) e serão o fundamento para seu valor de troca. Isso será materializado através do salário que irá possibilitar a compra dessa mercadoria. Todavia, o trabalhador e trabalhadora laboram além desse tempo necessário para repor energias. É a apropriação desse tempo excedente (mais-valia) pelos proprietários dos meios de produção que possibilita a acumulação de riqueza. Para Marx (2017), esse trabalho produtivo gerador da mais-valia é o centro da produção de riqueza e da exploração do sistema capitalista.

A questão, entretanto, é que, embora Marx reconheça que trabalhadores e trabalhadoras assalariados precisam de alimentação, vestuário e demais recursos para renovarem suas energias – ou seja, dependem do trabalho reprodutivo –, ele não aprofunda a análise de como essa renovação ocorre, nem de como esse trabalho reprodutivo é realizado. Outras formas de trabalho que não seguem a lógica da produção de valor de troca – e, portanto, de produção da mais-valia –, como o trabalho doméstico não remunerado, também não foram exploradas em profundidade pelo autor. Essa questão acabou contribuindo, posteriormente, para a consolidação de uma tradição teórica centrada no trabalho produtivo no sistema capitalista.

A visão feminista da reprodução social do trabalho reprodutivo

Marx não fez um debate mais profundo acerca do trabalho reprodutivo, prejudicando suas análises a respeito da exploração das mulheres. Afinal, a elas, predominantemente, atribuiu-se essa função, estando ou não no mercado de trabalho. Essa limitação influenciou uma tradição marxista que ofuscou a centralidade desse trabalho na produção de riqueza no sistema capitalista.

O trabalho que sustenta o sistema capitalista não se resume ao produtivo. Existe também um trabalho socialmente necessário para a sobrevivência da comunidade, composto por vários componentes. Albarracin (2024, p. III) aponta que os trabalhos realizados para a produção dos valores de uso dos camponeses para seu consumo, o trabalho assalariado voltado à produção de mercadorias e à subsistência dos trabalhadores e o trabalho doméstico – não remunerado e realizado pela dona de casa – são fundamentais para a reprodução da força de trabalho e a produção do trabalho excedente.

Albarracin (2024, p. III, V) reconhece que o trabalho doméstico não remunerado não tem valor de troca, não é produzido nos circuitos do mercado, e que seu objetivo seria produzir valores de uso necessários para reproduzir a força de trabalho. Todavia, o autor estabelece a importância dessas atividades para a lógica de produção no trabalho assalariado. Ele defende que, apesar de não produzir mais-valia, sua massa total pode aumentar graças ao conjunto do trabalho doméstico produzido na sociedade de que depende o sistema capitalista. Afinal, como um trabalhador produzirá mais-valia na fábrica se não tem alimento, roupa lavada, casa limpa? A mais-valia e o trabalho doméstico têm uma relação intrínseca, e é dessa constatação que partem as feministas marxistas que analisam a reprodução social.

Federici (2021, p. 67) aponta que, apesar de Marx ter denunciado as desigualdades de gênero e o controle patriarcal sobre as mulheres, especialmente na família burguesa, não teve muito a dizer sobre gênero e família. Marx cita várias páginas de relatórios sobre as condições de trabalho dessas pessoas, mostrando como o capital estendia as jornadas de trabalho até o limite físico – poucos autores descreveram com tanto detalhe a brutalidade

dessa exploração. Contudo, segundo a autora, esse relato é mais descriptivo do que analítico e não discute as questões de gênero que levanta.

Federici (2021, p. 25, 77) demonstra que as análises de Marx sobre o capital fazem uma associação do trabalho com o recebimento do salário. Toda a enorme parcela do trabalho não assalariado realizado pelas mulheres dentro de casa passou despercebida pelas análises e estratégias da esquerda. Segundo a autora, esse foco de análise levou a certas conclusões incorretas, como o argumento de que as mulheres não sofrem por causa da evolução do capitalismo, mas por estarem fora da lógica capitalista. Assim, elas deveriam, portanto, tornar-se assalariadas. A luta que a esquerda oferecia não era contra o capital, mas pela inserção das mulheres – e dos países de terceiro mundo, considerados atrasados – na lógica do trabalho assalariado.

Para Ferguson (2020a), o principal problema de argumentos como esse é que eles não questionam o papel do trabalho doméstico feminino no funcionamento da lógica capitalista. Além disso, como ocorreu no movimento socialista, corre-se o risco de a classe ofuscar todo o debate. Essa dicotomia, ou a insistência em não debater o cerne do papel reprodutivo, foi combatida por outras estudiosas que refletiram sobre a opressão às mulheres a partir de categorias marxianas, mas sem se limitar a elas.

Também segundo a autora, o debate sobre as opressões às mulheres se concentrava na ideia de que elas precisavam adentrar a lógica do trabalho produtivo (Ferguson, 2020a) – tanto no sentido de que as mulheres brancas precisavam se inserir no mercado de trabalho, quanto no de que era preciso lutar por salários iguais aos dos homens.

Ferguson (2020b) aponta que tanto o feminismo da igualdade, de base liberal, quanto o feminismo socialista, que ela chama de “igualdade crítica”, de base marxista, apontavam como solução para a opressão às mulheres a participação no mercado de trabalho, com igualdade de salários e condições em relação aos homens. Todavia, o feminismo da reprodução social, também de base marxista, propõe outra análise, apontando que essa inserção não resolve os problemas de opressão às mulheres, pois a questão não é a divisão sexual do trabalho, mas a apropriação pelo sistema capitalista dessa divisão para a produção de riqueza.

Albarracín (2024, p. VII) argumenta que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, mantendo-se a mesma quantidade de trabalho reprodutivo, aumenta o processo exploratório. Isso porque, além de a mulher realizar o trabalho de reproduzir a força de trabalho de seu companheiro (cozinhando, limpando, lavando), ela também oferece sua força de trabalho para o capital. Com isso, a dupla jornada de trabalho aumenta a mais-valia do proprietário. Ou seja, inserir as mulheres na lógica do mercado aumenta a riqueza do capitalista e piora a situação de exploração.

Ferguson e McNally (2017) defendem que Marx é omisso em relação à forma como a força de trabalho é produzida e a próxima geração é criada. Segundo a autora e o autor, ele recorre a um naturalismo simples quando se trata da manutenção e reprodução da

classe trabalhadora. A biologia, argumentam, não estabelece a opressão às mulheres; é a dependência do capital dos processos biológicos que explora as mulheres. Diante das discordâncias, seria necessário o aprofundamento de uma teoria capaz de explicar o trabalho doméstico dentro da lógica do capital, indo além da aparência e chegando à essência. Nesse contexto, a teoria da reprodução social passou a analisar o trabalho reprodutivo como categoria central para a produção da mais-valia.

O caminho da teoria da reprodução social (TRS)

Escolhemos nos aprofundar na teoria da reprodução social (TRS) porque ela tem analisado a temática do trabalho doméstico sem considerá-lo apenas uma questão cultural ou uma forma de trabalho inserida na lógica do capital. Em vez disso, busca compreender a função do trabalho reprodutivo na sociedade capitalista – uma concepção muito mais ampla, como veremos. Nessa perspectiva, os trabalhos de cuidado, como os de limpeza, cuidado de objetos, de crianças e de idosos, são considerados trabalhos.

As categorias de base da TRS

Para a apresentação da TRS, começaremos com uma autora que tem sido fundamental no debate da sistematização das ideias que fundamentam essa teoria, ainda que não seja integrante dela. Lise Vogel (2022) escreveu um livro, publicado em 1983, que fez um debate e uma sistematização do que as feministas no Norte Global estavam discutindo a respeito do trabalho reprodutivo.

A autora argumenta que não é a divisão sexual do trabalho ou a família que perpetuam a opressão e a desigualdade de gênero na sociedade capitalista, mas a importância do trabalho doméstico na reprodução social. Com isso, Vogel coloca o debate da reprodução social como central, além de se contrapor à ideia de que espaços públicos e privados seriam separados e sem relação no processo de produção.

Em sua análise, Vogel (2022, p. 349-350) retorna ao debate sobre a jornada de trabalho, discutindo os conceitos de tempo necessário e excedente. Como vimos, o primeiro diz respeito ao tempo necessário para a reprodução da força de trabalho, enquanto o segundo é o tempo a mais de que se apropria o capitalista. Segundo a autora, Marx não teria identificado um segundo componente no trabalho necessário: o trabalho doméstico. Nas sociedades capitalistas, a demarcação entre trabalho necessário e excedente é ocultada pelo pagamento do salário. Portanto, o que aparece como trabalho é somente o trabalho produtivo; o trabalho responsável por renovar as energias dos trabalhadores e das trabalhadoras – por exemplo, relacionado à alimentação e à limpeza – fica oculto por não ser remunerado por um salário evidente, como no caso do trabalho doméstico não remunerado. Todavia, o trabalho produtivo é pouco realizável sem o trabalho reprodutivo. É pouco provável que um trabalhador consiga trabalhar produtivamente em uma fábrica,

por exemplo, se ele não tem roupa lavada, comida de boa qualidade, casa limpa, além dos afetos necessários.

Essa concentração do debate, proposta por Vogel, no trabalho reprodutivo como fonte de riqueza capitalista foi muito importante; não à toa, seu livro foi resgatado nos últimos anos e tem sido traduzido para vários idiomas. No entanto, a visão da autora, uma mulher branca do Norte Global que não consegue fazer uma análise racializada do trabalho reprodutivo, exigiu uma crítica por parte de feministas da reprodução social que auxiliaram no aprofundamento da compreensão do trabalho reprodutivo. Esse é um debate fundamental para se entender o papel das trabalhadoras domésticas na lógica do funcionamento do capital.

As mulheres negras sempre estiveram no mercado de trabalho e seguiram realizando o trabalho doméstico fora e dentro de casa. A crítica que fez Ângela Davis (apud Ferguson, 2020b) ao apontar que as mulheres negras já realizavam serviço fora do lar e recebiam salário, mas nem por isso tinham maior liberdade ou sofriam menor opressão, influenciou feministas como Susan Ferguson (2020b). A partir das feministas negras, o feminismo da TRS ampliou o debate, apontando que discutir a opressão às mulheres somente a partir do trabalho das donas de casa é reforçar uma perspectiva analítica branca da questão. Era preciso ampliar o debate do trabalho doméstico para o trabalho reprodutivo que vai muito além do lar.

O debate mais recente da TRS

O debate realizado por Vogel estimulou o surgimento de outras pesquisas importantes sobre o papel do trabalho reprodutivo na sociedade capitalista. Autoras e autores como Tithi Bhattacharya, Susan Ferguson, David McNally, Cinzia Arruzza e Allan Sears seguiram aprofundando essas reflexões no Norte Global.

No Brasil, temos as produções de Barbara Araújo Machado, Rayane Noronha Oliveira Rhaysa Sampaio Ruas da Fonseca Daniela Jardim Clara Gomide Saraiva e outras. Contudo, em virtude de este artigo ter uma segunda parte – estamos escrevendo um segundo texto com as análises latino-americanas do trabalho reprodutivo – por enquanto vamos nos limitar às ideias do Norte Global referentes à temática.

Pois bem. Essa ampliação do debate do feminismo da TRS redimensionou a ideia da opressão às mulheres para a necessidade de compreensão da totalidade do capital, tornando o conceito de reprodução social como elemento central. Por isso, é necessário debater esse conceito para demonstrarmos como as trabalhadoras domésticas têm um papel fundamental na produção de riqueza, por realizarem o trabalho reprodutivo que viabiliza o funcionamento de exploração às mulheres no sistema capitalista. A escravização é fundamental para esse sistema justamente porque aumenta ainda mais a produção de mais-valia ao baratear a mão de obra e controlar o salário da classe trabalhadora.

O que é a reprodução social?

A reprodução social não se limita ao trabalho doméstico realizado pelas donas de casa. Silva (2023, p. 43) demonstra que na TRS a reprodução social se refere

a atividades e atitudes, comportamentos, emoções, responsabilidades e relacionamentos diretamente envolvidos na manutenção da vida em uma base diária e intergeracional. Isso envolve vários tipos de trabalho socialmente necessário – mental, físico e emocional – destinados a fornecer os meios historicamente e socialmente, bem como biologicamente, definidos para manter e reproduzir a população. Reprodução social, tratamos não só do trabalho doméstico não pago, não só do trabalho doméstico remunerado, mas de todos os trabalhos envolvidos diretamente na sobrevivência e subsistência dos trabalhadores.

Bhattacharya (2013) prevê que a renovação da força de trabalho é produzida por três processos: (1) atividades que regeneram a classe trabalhadora fora do processo de produção e que permitem regressar a ele com condições básicas de reprodução social, como comida, uma cama para dormir e até cuidados em relação às questões psíquicas que mantêm uma pessoa relativamente bem; (2) atividades que mantêm e regeneram os não trabalhadores fora do processo de produção, como as crianças e os adultos fora da força de trabalho – seja por velhice, invalidez ou desemprego; e (3) a reprodução de novos trabalhadores por meio do parto.

A reprodução social, portanto, também depende de serviços de cuidado da classe trabalhadora ativa no trabalho produtivo e garante às futuras gerações de trabalhadores e de proprietários. Esse ponto é fundamental por esclarecer que o papel das trabalhadoras domésticas depende também de para quais famílias elas oferecem seus serviços. Afinal, para a classe proprietária, esse trabalho é o instrumento de garantia da transferência da herança da propriedade dos meios de produção; enquanto, para quem trabalha para outras classes sociais, ele assegura o nascimento de novos trabalhadores e trabalhadoras, a sobrevivência das pessoas que já estão trabalhando e o disciplinamento das pessoas que se tornarão trabalhadoras.

Além do serviço doméstico não remunerado, Bhattacharya (2013) ressaltam como essas atividades impõem a necessidade do trabalho assalariado para assegurar a reprodução da força de trabalho. Esses trabalhos incluem ocupações ligadas a setores não produtivos, como professor, enfermeiro, trabalhador de limpeza em setores públicos etc.; trabalhos assalariados em serviços pessoais, como, trabalhadores domésticos ou cuidadores em residências particulares; e trabalhos ligados à reprodução social que produzem valor, como trabalhadores de redes de fast food, garçonetes, cozinheiras, enfermeiras de clínicas particulares etc.

Como se pode ver, o trabalho envolvido na reprodução social é muito mais amplo do que aquele realizado pelas donas de casa; o trabalho reprodutivo é muito importante para o capital. Isso nos faz refletir como nossa visão das problemáticas de gênero devem se ampliar para vários espaços. A luta por direitos é muito importante, mas a opressão não tem como ser superada dentro do sistema capitalista. O trabalho reprodutivo é a base do funcionamento do sistema capitalista, um não existe sem o outro.

A reprodução social e o serviço doméstico remunerado

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, demonstrou que as mulheres dedicavam, em média, 21,7 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, enquanto os homens dedicavam apenas 11 horas (PNAD Contínua, Nota 1, 2024, p. 3). Isso muda quando falamos de renda: as mulheres cuja renda varia entre 1 e 4 salários mínimos dedicam mais de 24 horas semanais ao serviço doméstico, o que para os homens não muda muito. Para as mulheres brancas, essa cifra é de 21 horas semanais; já para as mulheres negras, é de 22,3 horas.

O serviço doméstico não remunerado é muito impactante na vida das mulheres, como vimos nas discussões sobre a reprodução social. Em nosso país, a situação desse encargo é resolvida pela utilização do serviço doméstico remunerado, que reproduz as desigualdades de gênero envolvidas no trabalho reprodutivo. O trabalho doméstico remunerado responde por 12,6% do total da ocupação feminina e por menos de 1% da ocupação masculina (PNAD Contínua, Nota 2, 2025, p. 5). 75% dos postos de trabalho em cuidado são ocupados por mulheres (PNAD Contínua, Nota 1, 2025, p. 8).

O papel da trabalhadora doméstica tem se mostrado, nos últimos anos, primordial para a produção nos países do Sul Global – ou, como querem alguns, nos países de capitalismo periférico. Essa trabalhadora é responsável tanto por assegurar a continuidade da classe trabalhadora, quanto por viabilizar a transmissão de propriedade da classe proprietária. Em 2022, havia no Brasil 5,8 milhões de trabalhadoras domésticas, sendo 92% de mulheres e quase 62% negras³.

Todas as classes sociais no Brasil acabam se utilizando dos serviços de diaristas ou de mensalistas. Em pesquisa realizada por Andrade (2023), há histórias de trabalhadoras que realizam serviços de babás para mulheres pobres poderem se inserir no mercado de trabalho, além de serviços prestados em casas de classes médias e altas. A utilização desses serviços se dá principalmente pela ausência de uma política pública de reprodução social, deixando a cargo das famílias a resolução dessa questão.

Essa importante função precisa ser tornada invisível tanto pela necessidade do barateamento da mão de obra, para aumento da mais valia do proprietário, quanto pelo fato de que é fundamental que a trabalhadora doméstica não perceba seu papel importante na produção de riqueza da sociedade, pois sua organização coletiva pode ter impactos no trabalho reprodutivo. Sendo assim, a invisibilidade da importância desse trabalho

permite que ele seja realizado de graça, ou quase de graça, e viabiliza a escravização de trabalhadoras.

As trabalhadoras domésticas somente tiveram uma lei que praticamente as equiparou com trabalhadores celetistas em 2015 – a Lei Complementar (LC) nº 150/2015. Desde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1940, elas foram expressamente excluídas como se trabalhadoras não fossem (Andrade, 2023). Mesmo depois que tiveram grande parte de seus direitos reconhecidos, há ainda grande resistência a esse respeito; por exemplo, apenas 25% da categoria tem carteira assinada⁴.

Para precarizar ainda mais a situação, tem-se observado uma tendência à substituição das trabalhadoras domésticas com vínculo empregatício – com proteção trabalhista e previdenciária, abarcadas pela LC nº 150/2015 – por diaristas – que, na previsão da lei interna brasileira, são equiparadas a trabalhadoras autônomas e, portanto, não teriam a proteção da referida LC. De acordo com os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2013, 62% das pessoas que trabalhavam no serviço doméstico eram empregadas; em 2023, esse número reduziu para 56,4%, enquanto o número de diaristas aumentou nos últimos dez anos, passando de 37,5% para 43,6%⁵.

Toda essa situação histórica de vulnerabilidade, precariedade e ausência de direitos colocou a trabalhadora doméstica em uma condição de escravização invisível. Por exemplo, a pesquisa de Andrade (2023) demonstra como trabalhadoras domésticas foram escravizadas durante toda a vida em Sergipe e como suas condições de trabalho são subumanas. No entanto, nunca houve um resgate de trabalhadora doméstica em situação de escravidão nesse estado. Em âmbito nacional, 95% das pessoas resgatadas da escravidão é homem (Radar SIT, 2024), o que pode levar a crer que há poucas mulheres escravizadas no Brasil.

Todos esses processos de vulnerabilidades e invisibilidades são consolidados pelos processos de escravização doméstica não vistos pelo poder público. O funcionamento do sistema capitalista depende da mobilização da cultura para convencer as mulheres de que seu trabalho não é importante, de que seu trabalho pode ser de graça, ou devem ter salários menores que as outras pessoas, ou que podem ser escravizadas.

Conclusão

Buscamos demonstrar neste artigo que o capital necessita do trabalho reprodutivo para a produção e o acúmulo de riqueza. O volume de mais-valia produzido tem uma relação não apenas com o trabalho realizado pelas donas de casa, mas com todos os serviços de cuidado oferecidos. O serviço doméstico tem um papel fundamental para o funcionamento do sistema capitalista e é largamente utilizado no Brasil, por todas as classes sociais, como forma de garantir o trabalho reprodutivo. O capital necessita tanto do trabalho de graça da dona de casa, quanto de formas de trabalho assalariado prestado quase de graça ou escravizados para garantir a reprodução da força de trabalho.

O que a teoria da reprodução social (TRS) tem de mais preciso, sua maior contribuição,

é a compreensão de uma relação unitária da relação entre capitalismo e opressões. Ela não limita as opressões à exploração de forma economicista, mas as estabelece como partes integrantes do capitalismo, ligadas ao seu funcionamento e sem hierarquias.

Essa linha teórica nos ajuda a compreender o papel da escravização da trabalhadora doméstica no sistema capitalista. Ela é essencial para o funcionamento do sistema, mas precisa ser invisibilizada para que a exploração seja possível. A TRS identifica a relação entre as opressões de gênero, raça, classe, bem como a relação dessas opressões com o funcionamento do sistema capitalista. Mostra, assim, que escravizar as trabalhadoras domésticas não é contraditório em relação à necessidade de o sistema utilizar o trabalho assalariado. Pelo contrário, ela é instrumentalizada para reduzir o valor de troca dessa força de trabalho e, assim, aumentar a produção de riquezas do capital.

Referências

ALBARRACIN, Jesus. El trabajo doméstico y la ley del valor. **Tema**, n. 63, p. I-VIII, 1988. Disponível em: <https://cdn.vientosur.info/Capitulo%208%20PDFs/Doc.%208.53.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ANDRADE, Shirley Silveira. **A mulher negra no mercado de trabalho**: as condições escravistas das trabalhadoras domésticas. Paraná: CRV, 2023.

ARRUZZA, Cinza. Logic or History? The Political Stakes of Marxist-Feminist Theory. **Viewpoint Magazine**, jun. 2015. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2015/06/23/logic-or-history-the-political-stakes-of-marxist-feminist-theory/>. Acesso em: 16 set. 2023.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Esquerda Online**, mar. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social>. Acesso em 10 dez. 2013.

BHATTACHARYA, Tithi. Mapeando a Teoria da Reprodução social. In: BHATTACHARYA, Tithi (Org.). **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023. p. 17-44.

ARRUZZA, Cinzia, BHATTACHARYA, Tithi, FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado:** em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário:** notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERGUSON, Susan. Las visiones del trabajo en la teoría feminista. **Archivos**, ano VIII, n. 16, p. 17-36, 2020a. Disponível em: https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/o2_McNally-e-Ferguson_2017.pdf Acesso em: 9 jan. 2025.

FERGUSON, Susan. **Las mujeres y el trabajo:** feminismo, trabajo y reproducción social. [s.l.]: Sylone 4 Iberia, 2020b.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, n. 29, p. 23-59, 2017. Disponível em: https://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/o2_McNally-e-Ferguson_2017.pdf. Acesso em: 9 jan. 2025.

FRASER, Nancy. Crise de cuidado? Sobre as contradições sócio reprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, Tithi (Org.). **Teoria da reprodução social:** remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023. p. 45-70.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MIRAGLIA, Lívia Mendes Moreira; FAGUNDES, Maurício Krepsky. O perfil das trabalhadoras domésticas resgatadas de trabalho escravo no Brasil. **Boletim Lua Nova**, Direitos e Direitos Humanos, 2023. Disponível em: <https://boletimluanova.org/o-perfil-das-trabalhadoras-domesticas-resgatadas-de-trabalho-escravo-no-brasil/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. SECRETARIA NACIONAL DE CUIDADOS E FAMÍLIA. **Nota informativa nº 1/2023:** As mulheres negras no trabalho de cuidado. Brasília, DF: SNCF/MDS, 2023. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Nota_Informativa/Nota_Informativa_N_1.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. SECRETARIA NACIONAL DE CUIDADOS E FAMÍLIA. **Nota informativa nº 2/2023:** Trabalhadoras domésticas e políticas de cuidado. Secretaria nacional de cuidados e famílias. Brasília, DF: SNCF/MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerios-do-desenvolvimento-social-e-dos-direitos-humanos-abrem-seminario-pela-luta-contra-o-trabalho-escravo-domestico/nota-informativa-n2-publicada.pdf/view>. Acesso em: 09 jan. 2025.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária

A relação entre os fundamentos feministas da teoria da reprodução social (TRS) e a função do trabalho escravo doméstico no Brasil

Artigo Article

das relações sociais capitalistas. **Rev. Direito e Práx.**, v. 12, n. 1, p. 379-415, 2021.

SILVA, Danielle Jardim da. **Gênero, feminismo, família e reprodução social:** Marx, Engels e a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1884). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

VARELA, Paula. La reproducción social en disputa: um debate entre autonomistas y marxistas. *Archivos*, año VIII, n. 16, p. 71-92, 2020.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres rumo a uma teoria unitária.** São Paulo: Expressão Popular, 2022.

(Endnotes)

1 Notas

Um espaço importante de produção de conhecimento sobre a escravização contemporânea é o Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A grande maioria dos artigos publicados por pesquisadores e pesquisadoras do GPTEC tem um fundamento liberal ao discutir o conceito de liberdade e as soluções para a superação dessa exploração. Consultar as coletâneas do GPTEC.

2 Dados publicados em 2023. Disponíveis em:

<https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>

3 Idem.

4 Idem.

5 Idem.

¹Notas

Um espaço importante de produção de conhecimento sobre a escravização contemporânea é o Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A grande maioria dos artigos publicados por pesquisadores e pesquisadoras do GPTEC tem um fundamento liberal ao discutir o conceito de liberdade e as soluções para a superação dessa exploração. Consultar as coletâneas do GPTEC.

² Dados publicados em 2023. Disponíveis em:
<https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>

³ Idem.

⁴ Idem.

⁵ Idem.